



Carta política da V Plenária de Economia Solidária Estadual do Espírito Santo

Nós, participantes da V Plenária Estadual de Economia Solidária do Espírito Santo, realizada nos dias 04 a 06 de setembro de 2012, em Vitória-ES, reiteramos a nossa luta em defesa da vida, por justiça social e construção de sociedade baseada na sustentabilidade, nas experiências agroecológicas, no desenvolvimento do consumo responsável sem exploração, opressão ou discriminação de qualquer tipo, compartilhando os valores da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da democracia nas decisões.

Nós, do movimento de economia solidária do ES, **DEFENDEMOS:**

- O incentivo a criação de leis próprias de economia solidária em todas as esferas de governo, municipal, estadual e federal;
- Que a economia solidária se torne uma política de Estado;
- A orientação e formação humana, social, financeira e política, sendo levado em consideração o conhecimento científico e popular para todos os atores que compõem o movimento da economia solidária;
- A criação de espaços físicos de comercialização, participação de feiras e eventos, criação de centros públicos municipais e regionais.
- Criação de ações valorizando as diversidades entre os territórios/comunidades, respeitando a característica de cada localidade, através de projetos, fundos rotativos, bancos comunitários e outras experiências que seguem os princípios da economia solidária e seus valores.
- A integração das ações de todos os atores da economia solidária gestores públicos, instituições de assessoria e fomento e empreendimentos econômicos populares solidários.
- Incentivar o surgimento de instituições de finanças solidárias, visando fomentar o desenvolvimento local com um sistema que assegure autonomias a estes empreendimentos.
- Desenvolver, fortalecer e articular as redes e fóruns de economia solidária em nível municipal, estadual e federal nos mais diversos segmentos, visando assim, sua integração, inclusive entre a cidade e o campo.
- A criação do ministério de economia solidária

Concluimos, então, que a economia popular solidária deve se tornar uma política pública de Estado, pois assim, será possível a garantia dos direitos do trabalho/trabalhador associado e a integração de todos os programas de projetos de inclusão social e a continuidade e sustentabilidade das ações.

Para o fortalecimento é necessário a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social.